

VITACON PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 11.144.772/0001-13 - NIRE 35.300.456.688

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2022

Data, Horário e Local: Ao 23º dia do mês de setembro de 2022, às 10:00h, na sede social da **Vitacon Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, 347 - 2º andar, Jardins, CEP 01414-001.

Presença e Convocação: Dispensada a publicação tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Alexandre Lafer Frankel. Secretária: Sra. Kelly de Souza Ramos. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias no âmbito da realização da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, em três séries, para colocação privada, da Companhia, no valor total de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Emissão", "Debêntures", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Nona Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie com Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da Vitacon Participações S.A.", a ser firmado, *inter alia*, entre a Companhia e a Virgo Companhia de Securitização ("Securitizadora") ("Escritura de Emissão de Debêntures"), observado que as Debêntures servirão de lastro para a emissão de determinados Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 27ª Emissão da Securitizadora ("CRI"), sendo certo que os CRI serão distribuídos publicamente com esforços restritos de colocação junto a investidores no mercado de capitais ("Oferta"), nos termos da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, bem como de acordo com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 27ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Vitacon Participações S.A." ("Termo de Securitização"); **(a)** aprovar a realização da Emissão de Debêntures, bem celebrar a Escritura de Emissão de Debêntures; **(b)** aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo); **(c)** aprovar a outorga, pela Companhia, em favor da Securitizadora, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures, da Alienação Fiduciária de Quotas (conforme definida abaixo), e a consequente celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas (conforme definido abaixo); **(d)** aprovar a renúncia, em caso de excussão da garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, aos direitos de preferência detidos pela Companhia na qualidade de acionistas das SPEs (conforme definido abaixo), conforme aplicável; **(e)** aprovar a outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia; **(f)** autorizar a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, para celebrar quaisquer outros documentos relacionados aos Contratos de Garantia; **(g)** autorizar a contratação, pela Companhia, dos Prestadores de Serviços (conforme abaixo definido); **(h)** autorizar a Diretoria da Companhia a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações aprovadas acima, bem como a praticar todos os atos e assinar todos os documentos e aditamentos necessários à realização e correta formalização da Emissão das Debêntures, Oferta, outorga das garantias, inclusive como interveniente anuente, conforme aplicável, celebração de possíveis aditamentos, ratificações ou ratificações aos documentos da Oferta, bem como assinar os documentos acessórios que se façam necessários, contratação da Securitizadora e dos demais prestadores de serviço; e **(i)** ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data desta Assembleia. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(a)** aprovar a Emissão e a Oferta Restrita, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão de Debêntures: **(i) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será a data disposta na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"). **(ii) Forma e Conversibilidade:** As Debêntures serão nominativas e registradas no Livro de Registros de Debêntures Nominativas da Companhia. Não haverá a emissão de certificados de debêntures. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(iii) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 9ª (nona) emissão de Debêntures da Companhia. **(iv) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações. **(v) Número de Séries:** a Emissão será realizada em três séries. **(vi) Prazo e Data de Vencimento:** (i) as Debêntures Sênior terão vencimento em 23 de setembro de 2026 ("Data de Vencimento Série Sênior"), ou seja, 1.461 (mil, quatrocentos e sessenta e um) dias entre Data de Emissão e Data de Vencimento Série Sênior; (ii) as Debêntures Mezanino terão vencimento em 23 de setembro de 2026 ("Data de Vencimento Série Mezanino"), ou seja, 1.461 (mil, quatrocentos e sessenta e um) dias entre Data de Emissão e Data de Vencimento Série Mezanino; e (iii) as Debêntures Subordinadas terão vencimento em 23 de setembro de 2027 ("Data de Vencimento Série Subordinada"), e, quando em conjunto com a Data de Vencimento Série Sênior e Data de Vencimento Série Mezanino, as "Datas de Vencimento"), ou seja, 1.826 (mil, oitocentos e vinte e seis) dias entre Data de Emissão e Data de Vencimento Série Subordinada. **(vii) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(viii) Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures, em três séries, sendo (i) 105.000 (cento e cinco mil) debêntures da primeira série ("Série Sênior" ou "Debêntures Sênior"), (ii) 30.000 (trinta mil) debêntures da segunda série ("Série Mezanino" ou "Debêntures Mezanino"), e (iii) 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da terceira série ("Série Subordinada" ou "Debêntures Subordinadas"). As Debêntures Sênior, quando referidas em conjunto com as Debêntures Mezanino e com as Debêntures Subordinadas, as "Debêntures". As Debêntures da mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos. **(ix) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor da Emissão"). **(x) Procedimento de Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a ANBIMA. **(xi) Amortização Programada das Debêntures Sênior:** Ressalvados os pagamentos eventualmente efetuados em razão de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Obrigatória Habite-se, Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Sênior ("Amortização das Debêntures Sênior") será realizado na Data de Vencimento Série Sênior. **(xii) Amortização Programada das Debêntures Mezanino:** Ressalvados os pagamentos eventualmente efetuados em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Obrigatória Habite-se, Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório, o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas ("Amortização das Debêntures Subordinadas") será efetuado na Data de Vencimento Série Subordinada. **(xiv) Remuneração das Debêntures da Série Sênior:** As Debêntures Sênior não serão atualizadas monetariamente. A remuneração das Debêntures Sênior, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, será composta pela variação acumulada equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 5,00% (cinco inteiros por cento) ("Remuneração Série Sênior"), desde a Data da Primeira Integralização dos CRI da Série Sênior (inclusive) ou última Data de Pagamento da Série Sênior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento Série Sênior (exclusive). A Remuneração Série Sênior será paga mensalmente conforme tabela constante no Anexo V da Escritura de Emissão de Debêntures (Cronograma de Pagamentos e Tabela de Amortização), ocorrendo o primeiro pagamento em 21 de outubro de 2022 e o último na Data de Vencimento Série Sênior e será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. Para os fins da Escritura de Emissão de Debêntures o termo "Data da Primeira Integralização dos CRI Série Sênior" corresponde à data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI Série Sênior (conforme a ser definido no Termo de Securitização). **(xv) Remuneração das Debêntures da Série Mezanino:** As Debêntures Mezanino não serão atualizadas monetariamente. A remuneração das Debêntures Mezanino, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, será composta pela variação acumulada equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa DI, acrescida do *spread* ou sobretaxa de 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ("Remuneração Série Mezanino"), desde a Data da Primeira Integralização dos CRI da Série Mezanino (inclusive) ou última Data de Pagamento Série Mezanino (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento Série Mezanino (exclusive). A Remuneração Série Mezanino será paga mensalmente conforme tabela constante do Anexo V da Escritura de Emissão de Debêntures (Cronograma de Pagamentos e Tabela de Amortização), ocorrendo o primeiro pagamento em 21 de outubro de 2022 e o último na Data de Vencimento Série Mezanino e será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. Para os fins da Escritura de Emissão de Debêntures o termo "Data da Primeira Integralização dos CRI Série Mezanino" corresponde a data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI Série Mezanino (conforme a ser definido no Termo de Securitização). **(xvi) Remuneração das Debêntures da Série Subordinada:** As Debêntures Subordinadas não serão atualizadas monetariamente. A remuneração das Debêntures Subordinadas, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, será composta pela variação acumulada equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa DI, acrescida do *spread* ou sobretaxa de 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ("Remuneração Série Subordinada"), desde a Data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados (inclusive), ou a última Data de Pagamento ou Incorporação Série Subordinada (conforme definido abaixo) (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento ou Incorporação Série Subordinada (exclusive) ou Data de Vencimento Série Subordinada. A Remuneração Série Subordinada será devida (i) em cada uma das Datas de Pagamento ou Incorporação Série Subordinada se houver recursos disponíveis na Conta do Patrimônio Separado após a recomposição do Fundo de Despesas e a integral quitação das obrigações oriundas das Debêntures Sênior e das Debêntures Mezanino, conforme previsto na Cascata de Pagamentos, ou (ii) na Data de Vencimento Série Subordinada, qual seja o dia 23 de setembro de 2027, conforme tabela constante do Anexo V da Escritura de Emissão de Debêntures. Para os fins da Escritura de Emissão de Debêntures o termo "Data da Primeira Integralização dos CRI Série Subordinada" corresponde à data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI Série Subordinada (conforme a ser definido no Termo de Securitização) **(xvii) Amortização Extraordinária Obrigatória:** A Companhia deverá, tempestivamente, aplicar todos e quaisquer recursos cedidos mensais, incluindo, sem limitação, os recursos objeto da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), na amortização extraordinária obrigatória das Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), observada a cascata de pagamentos, e sendo certo que os recursos cedidos mensais não poderão ser utilizados para o pagamento da Remuneração Série Sênior, exceto em caso de declaração de vencimento antecipado. **(xviii) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, ainda, após a obtenção do "Habite-se" ou documento equivalente à conclusão das obras dos Imóveis Alienos Fiduciariamente, realizar uma amortização extraordinária facultativa das Debêntures, desde que com recursos que não sejam oriundos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ("Amortização Extraordinária Facultativa") das Debêntures. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizada nas datas de pagamento a serem estabelecidas na Escritura de Emissão de Debêntures, desde que observadas a Cascata de Pagamentos, conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **(xix) Resgate Antecipado Obrigatório:** Caso, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, ocorra o recebimento de quaisquer Recursos Cedidos Mensais e seja necessário realizar uma Amortização Extraordinária Obrigatória, de modo que o cumprimento das obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão de Debêntures faça com que o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de qualquer das Séries fique abaixo de 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário de tal série na Data de Emissão, a Companhia

ficará obrigada a realizar o resgate antecipado total das Debêntures daquela determinada série, caso os recursos disponíveis na Conta do Patrimônio Separado sejam suficientes para tanto. Caso não haja disponíveis recursos na Conta do Patrimônio Separado suficientes, a Companhia não poderá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório, sendo certo que o resgate antecipado total das Debêntures só poderá ser realizado uma vez que a Conta do Patrimônio Separado (conforme abaixo definido) esteja composta com os respectivos recursos suficientes para o resgate total das debêntures em questão ("Resgate Antecipado Obrigatório"), sendo certo que não haverá necessidade de realizar nenhuma Amortização Extraordinária Obrigatória nesse caso, de modo que os recursos fiquem disponíveis na Conta do Patrimônio Separado até que sejam suficientes para realização do Resgate Antecipado Obrigatório. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento, na Conta do Patrimônio Separado dos valores mencionados acima, conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **(xx) Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Debiturista, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer após a obtenção do "Habite-se" ou documento equivalente à conclusão das obras dos Imóveis Alienos Fiduciariamente, conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **(xxi) Encargos Moratórios:** O atraso no pagamento de qualquer importância devida pela Companhia, inclusive na hipótese de declaração de vencimento antecipado, seja referente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, seja referente aos encargos previstos, sem prejuízo da Remuneração, implicará na obrigação da Companhia de pagar à Debiturista ("Encargos Moratórios"): **(a)** juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculado *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(b)** multa não compensatória de 2% (dois por cento) incidente sobre o montante do débito apurado, incluídos os encargos acima; e **(c)** na hipótese de a Debiturista vir a ser compelida a recorrer a meios administrativos e/ou judiciais para receber o seu crédito, honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor do saldo devedor das Debêntures, e despesas de cobrança, inclusive custas, e as demais despesas, taxas, encargos e tributos decorrentes dos procedimentos para recebimento do crédito cumprimento e execução das obrigações oriundas das Debêntures. **(xxii) Garantias Reais:** Em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento **(a)** de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às Debêntures, bem como das demais obrigações a serem assumidas pela Companhia perante a Debiturista no âmbito da Escritura de Emissão de Debêntures, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração, bem como os Encargos Moratórios, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido em razão da CCI ou pelo Agente Fiduciário dos CRI (conforme abaixo definido) (incluindo suas remunerações) e/ou pelos titulares de CRI, inclusive no caso de utilização do patrimônio separado para arcar com tais custos (em conjunto, as "Obrigações Garantidas") serão constituídas, por meio da assinatura e registro junto aos cartórios competentes, as seguintes garantias (as "Garantias Reais"): **(a)** alienação fiduciária (a.1) de fração ideal do terreno onde será desenvolvido o Empreendimento Imobiliário de propriedade da SPE Flórida, bem como das unidades autônomas, quando individualizadas, correspondentes a tal fração ideal ("Unidades Autônomas SPE Flórida"), conforme listados no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo) ("Alienação Fiduciária de Imóveis SPE Flórida"), (b.1) de fração ideal do terreno onde será desenvolvido o Empreendimento Imobiliário de propriedade da SPE Itu, bem como das unidades autônomas, quando individualizadas, correspondentes a tal fração ideal ("Unidades Autônomas SPE Itu") e, em conjunto com as Unidades Autônomas SPE Flórida, as "Unidades Autônomas" ("Alienação Fiduciária de Imóveis SPE Itu" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóveis SPE Flórida, a "Alienação Fiduciária de Imóveis" e os imóveis objeto da Alienação Fiduciária dos Imóveis, os "Imóveis Alienos Fiduciariamente"), ambos nos termos do respectivo "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças" (cada respectivo contrato, um "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"); **(b)** cessão fiduciária (b.1) dos recebíveis decorrentes das vendas, passadas e futuras, dos imóveis objeto da Alienação Fiduciária de Imóveis SPE Flórida ("Cessão Fiduciária de Recebíveis Flórida"); e (b.2) dos recebíveis decorrentes das vendas, passadas e futuras, dos imóveis objeto da Alienação Fiduciária de Imóveis Itu ("Cessão Fiduciária de Recebíveis Itu"), (b.3) sobejo da excussão da Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo) ("Recebíveis Sobejo"); e (b.4) dos recebíveis decorrentes de eventuais indenizações que venham a ser pagas no âmbito de apólices de seguro contratadas pelas SPEs durante a fase de construção dos Empreendimentos Imobiliários de titularidade das SPEs ou após a conclusão das obras, conforme aplicável ("Recebíveis Indenizações") e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Recebíveis Flórida, a Cessão Fiduciária de Recebíveis Itu, os Recebíveis Sobejo e os Recebíveis Indenização, a "Cessão Fiduciária", nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos Imobiliários em Garantia" ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e **(c)** alienação fiduciária de (c.1) 100% (cem por cento) das quotas de emissão da SPE Flórida, presentes e futuras, de titularidade da Companhia, representativas da totalidade do capital social da SPE Flórida ("Alienação Fiduciária de Quotas Flórida"); e (c.2) 100% (cem por cento) das quotas de emissão da SPE Itu, presentes e futuras, de titularidade da Companhia, representativas da totalidade do capital social da SPE Itu ("Alienação Fiduciária de Quotas Itu") e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Quotas Flórida, a "Alienação Fiduciária de Quotas", nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas" e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"). **(xiv) Garantia Fidejussória:** as Debêntures contarão com fiança prestada por Alexandre Lafer Frankel ("Fiador"), em caráter irrevogável e irretirável, garante e se responsabiliza, na qualidade de fiador, devedor solidário e principal pagador, junto à Companhia, pelo fiel e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures ("Fiança"). **(xv) Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, devendo o Debiturista declarar, para fins formais, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios e quaisquer despesas devidas pela Companhia, na ocorrência de quaisquer dos eventos a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures (cada um, um "Evento de Inadimplemento"). **(xvi) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Devedora por meio das Debêntures serão destinados por ela ou por suas controladas, sociedades sob controle comum, ou veículos do mesmo grupo econômico para (i) o reembolso do pagamento de despesas relativas às obras iniciais de certos empreendimentos imobiliários listados no Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures (os "Empreendimentos Imobiliários"), conforme detalhadas no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures, realizadas durante até 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita ("Reembolso"); e/ou (ii) o pagamento de gastos futuros relacionados ao desenvolvimento e a construção de certos Empreendimentos Imobiliários ("Destinação Futura") e, em conjunto com o Reembolso, a "Destinação de Recursos". **(xvii) Local de Pagamento:** Todos os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados diretamente pela Companhia na conta do patrimônio separado de titularidade da Securitizadora, como condição para a realização da operação de securitização ("Conta do Patrimônio Separado"). **(xviii) Preço e Condições de Subscrição e Integralização** As Debêntures Sênior, as Debêntures Mezanino e as Debêntures Subordinadas serão subscritas e integralizadas pela Debiturista, em moda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros para a conta corrente nº 36992-2, agência 3100, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), na mesma data em que ocorrer a integralização dos CRI, em ambos os casos na primeira data da efetiva subscrição e integralização ("Primeira Data de Integralização"). Caso a totalidade das Debêntures não seja integralizada na Primeira Data de Integralização, as respectivas Debêntures remanescentes serão integralizadas, pelo seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a respectiva data de integralização (cada uma, uma "Data de Integralização"). **(xix) Forma de Subscrição e Comprovação de Titularidade:** Para todos os fins e efeitos legais, as Debêntures serão adquiridas mediante a assinatura de boletim de subscrição e a titularidade das Debêntures será comprovada pelo seu registro, em nome da Debiturista, no Livro de Registro de Debêntures Nominativas, e a sua transferência operar-se-á por termo lavrado no Livro de Transferência de Debêntures Nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes. O Livro de Registro de Debêntures Nominativas e o Livro de Transferência de Debêntures Nominativas serão escriturados e mantidos pela Companhia, com observância das normas legais e regulamentares pertinentes. **(xx) Demais Características:** As demais características da Emissão e das Debêntures constarão na Escritura de Emissão de Debêntures. **(b)** aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, (1) do Contrato de Cessão Fiduciária, por meio do qual, entre outras matérias, será outorgada a cessão fiduciária de determinados direitos creditórios, em favor da Securitizadora, e (2) dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóvel, ambos em garantia das obrigações garantidas decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures; **(c)** aprovar a outorga pela Companhia, em favor da Securitizadora, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures, da Alienação Fiduciária de Quotas da SPE Flórida e da Alienação Fiduciária de Quotas da SPE Itu, e a consequente celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; **(d)** aprovar a renúncia, em caso de excussão da garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, aos direitos de preferência dos quais a Companhia seja titular em razão da titularidade das quotas de emissão das SPEs, conforme aplicável; **(e)** autorizar a outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia, por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia; **(f)** autorizar a celebração, pela diretoria da Companhia, ou seus procuradores, de quaisquer outros documentos relacionados aos Contratos de Garantia; **(g)** autorizar a contratação, pela Companhia, (i) da Securitizadora, para realizar a emissão dos CRI e a operação de securitização; (ii) de instituição financeira para realizar a estruturação da Operação de Securitização e a respectiva distribuição pública dos CRI, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"); (iii) do agente fiduciário responsável que atuará como representante dos titulares dos CRI ("Agente Fiduciário dos CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente), para atuar como instituição custodiante e agente fiduciário no âmbito da Operação de Securitização; (iv) de instituição financeira para atuar como banco depositário e liquidante da Operação de Securitização; e (v) dos assessores legais e de quaisquer outros prestadores de serviços necessários à estruturação, implementação, manutenção e término da operação de securitização ("Prestadores de Serviços"); **(h)** autorizar a Diretoria da Companhia a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações aprovadas acima, bem como praticar todos os atos, adotar todas as medidas e assinar todos os instrumentos, contratos, escrituras, declarações, formulários, aditamentos e demais documentos necessários para a correta formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo, sem limitação, a celebração da Escritura de Emissão das Debêntures e dos Contratos de Garantia, bem como providenciar todos os registros nos Cartórios de Imóveis, Cartórios de Títulos e Documentos, e Juntas Comerciais competentes que se façam necessários; e **(i)** ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data desta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto, nos termos do Artigo 130 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Presidente: Sr. Alexandre Lafer Frankel; Secretária: Sra. Kelly de Souza Ramos; por todas as acionistas: Vitacon Investimentos Ltda. e Vitapar Empreendimentos Ltda.; e pelo diretor presidente: Alexandre Lafer Frankel. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 23 de setembro de 2022. Mesa: Alexandre Lafer Frankel - Presidente. Kelly de Souza Ramos - Secretária. Acionistas: Vitacon Investimentos Ltda. Alexandre Lafer Frankel - CPF: 269.120.538-07 - Cargo: Administrador. Vitapar Empreendimentos Ltda. Alexandre Lafer Frankel - CPF: 269.120.538-07 - Cargo: Administrador. Diretor Presidente: Alexandre Lafer Frankel. JUCESP nº 606.487/22-0 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Gera.

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publegal.diariodenoticias.com.br/>